

A Internacional Comunista e a interpretação da América Latina: crítica às teses do VI Congresso

Carlos Prado
Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
carlosprado1985@hotmail.com

O VI Congresso da III Internacional Comunista ocorreu entre 17 de julho e 01 de setembro de 1928, quatro anos após o congresso anterior. Até 1922, os congressos da IC ocorriam anualmente de forma a reunir os militantes comunistas de todo o mundo para discutir, debater teses e construir resoluções programáticas para a atuação. Todavia, entre o V e o VI congressos se passaram quatro anos. Desde o processo de “bolchevização”, o aparato burocrático do partido comandado por Stalin evitou reunir a militância em debates e discussões, sempre optando pelo jogo subterrâneo, pelas resoluções propostas pelo alto, pelo centralismo e não pela democracia. Assim, o VI Congresso só entrou realmente na pauta da Comintern após a derrota da Oposição Unificada no XV Congresso do PCUS, em 1927, e da expulsão de Trotski. O programa apresentado foi uma continuidade de uma política de ziguezagues que, desde 1924, apresentou sucessivos equívocos e transformou a III Internacional num instrumento para consolidação da burocracia soviética.

O VI Congresso é notadamente reconhecido pelo seu “giro à esquerda”. Em suas teses e resoluções, estabeleceu-se a teoria do “terceiro período”, que produziu uma série de mudanças tático-estratégicas. De acordo com a direção da Comintern, o primeiro período correspondeu imediatamente ao pós-guerra, caracterizando-se pela fragilidade das economias capitalistas e ascensão do movimento operário em toda Europa. Esse momento se encerra com a derrota da revolução alemã em 1923, quando se iniciou o segundo período, que foi marcado pela estabilização do modo de produção capitalista e pelo estabelecimento da tática de “frente única” e pela aliança entre os comunistas e os socialistas. Já o terceiro período, que se iniciou em 1928, aponta para um amadurecimento das contradições do capital e ascensão do movimento operário em direção à luta revolucionária.

Podemos verificar que a leitura econômica sobre o “terceiro período” aponta para o fim da estabilidade capitalista, dando início a um novo período de crise que

deveria ser acompanhado por um aumento de mobilizações revolucionárias, cada vez mais radicais. Abandonando a política de “frente única”, os comunistas deveriam adotar uma postura mais agressiva que foi intitulada, “classe contra classe”. Esta tática se caracterizou pela recusa de alianças ou colaborações com os partidos social-democratas, estabelecendo uma “frente única pela base”, ou seja, os comunistas não aceitariam acordos com os líderes da social-democracia, mas apenas com os operários socialistas.¹

O objeto de estudo deste artigo são as resoluções elaboradas para a América Latina. O VI Congresso é frequentemente citado pela bibliografia como sendo o congresso da “descoberta” da América. De fato, foi nesse encontro que participou o maior número de delegados latino-americanos até então e onde se discutiu o continente e se tentou estabelecer uma análise político-econômica e uma linha programática bem definida.

Nos congressos anteriores, a América Latina e sua revolução já haviam sido tratadas, mesmo que de forma breve. No II Congresso, por exemplo, as discussões sobre a “questão nacional e colonial”, debatidas por Lênin e M. N. Roy, não citam diretamente o continente, mas os temas serviram de base para os textos futuros sobre a questão da revolução latino-americana.

Não obstante, é no VI Congresso, nas “Teses acerca do movimento revolucionário nos países coloniais e semi-coloniais”, que se desenvolve de forma mais sistemática uma análise sobre o continente. É nesse congresso que se cristaliza o dogma da América Latina semicolonial, condição que é resultado do imperialismo norte-americano e britânico no continente e que acaba por impedir qualquer desenvolvimento de uma economia independente e autônoma. A partir da constatação da dominação e exploração imperialista e de uma base econômica fundamentalmente agrária, lança-se outro dogma, o da revolução democrático-burguesa. É nesse congresso que também se consolida a tese da “revolução em etapas”. Diante das condições econômicas, a etapa a ser cumprida pelos países latino-americanos seria fundamentalmente de “libertação nacional”, “anti-imperialista” e “antifeudal”. Lança-se a tese de que existiria uma etapa a ser cumprida entre a revolução de libertação nacional e a revolução propriamente operária e socialista.

Portanto, a intenção do presente texto é analisar e discutir as teses apresentadas pelo VI Congresso da IC sobre a América Latina. Num primeiro

momento, vamos abordar como a Comintern compreende a estrutura econômica latino-americana e as relações comerciais com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Posteriormente, vamos tratar das estratégias e táticas traçadas para a América Latina, ressaltando o conceito de revolução democrático-burguesa e sua condição etapista. Por fim, cabe uma reflexão crítica sobre essas teses, evidenciando o seu caráter generalizador, que não levou em consideração as especificidades de cada país, bem como o seu caráter superficial e dogmático.

América Latina semicolonial e dominada pelo imperialismo

As teses sobre o movimento revolucionário nas colônias e semicolônias começam afirmando que as teses de Lênin sobre a questão colonial e nacional, apresentadas no II Congresso da IC, estavam corretas e o tempo comprovou a sua validade. Já no item 6, que aborda especificamente a América Latina, a Comintern assinala a ação do imperialismo no continente, mas se anteriormente se apontava apenas a influência dos Estados Unidos no continente, exaltando a Doutrina Monroe e apresentando todos os países como subordinados à potência americana, aqui já se apresenta uma análise um pouco diferenciada.

As teses começam por assinalar que a influência dos Estados Unidos havia aumentado nas últimas décadas e que existia uma concorrência entre o imperialismo norte-americano e o britânico. Assim, o continente latino-americano era apresentado como um terreno de disputa entre as potências imperialistas. Por conseguinte, a América Latina aparece como área de conflito colonial, uma área em disputa, na qual a influência política e econômica norte-americana vem substituindo a influência britânica. “Ao aumentar as suas exportações de capital, o imperialismo Norte-Americano captura as posições de liderança nestes países, subordinando os seus governos ao seu controlo financeiro”². Sob o domínio ianque ou britânico, os países da região eram apresentados como semicolônias, países independentes politicamente, mas dependentes economicamente.

De acordo com a Comintern, a política colonial, levada a cabo pelas forças imperialistas, impede o desenvolvimento independente e autônomo dos países latino-americanos. De acordo com as teses: “A exploração capitalista em cada nação

capitalista desenvolveu forças produtivas. As formas coloniais específicas de exploração capitalista impedem sempre o desenvolvimento das forças produtivas das colônias”³. Uma característica fundamental do capital é o permanente desenvolvimento da técnica. O mundo capitalista, mesmo com o desenvolvimento dos monopólios e *trust*, permanece com um alto desenvolvimento das forças produtivas, sempre visando aumentar a produção, a exploração da força de trabalho e os lucros. Todavia, nas regiões exploradas pelas potências imperialistas, esse desenvolvimento técnico é impedido, pois poderia suscitar uma concorrência ou a produção de mercadorias que não são as necessidades da metrópole.

Dessa forma, o desenvolvimento nesses países semicoloniais se resume a estradas de ferro, rodovias e portos, ou seja, construções estruturais necessárias para o escoamento das mercadorias, sempre de acordo com as necessidades comerciais das forças imperialistas. Por conseguinte: “a partir do momento em que a exploração colonial pressupõe algum encorajamento da produção colonial, ela é dirigida segundo linhas que promovem e correspondem aos interesses da metrópole.”⁴ Trata-se de um desenvolvimento que visa a manutenção do monopólio colonial. Tais iniciativas não promovem o desenvolvimento econômico independente.

De acordo com as teses da Comintern, nos países semicoloniais, a verdadeira industrialização que possa promover um desenvolvimento independente das forças produtivas é sempre impedida pelas forças imperialistas. Assim, conclui-se:

Esta é a essência da escravização imperialista: o país colonial é obrigado a sacrificar os interesses do seu desenvolvimento independente e a transformar-se em apêndice econômico (agrário, de matérias-primas, etc.) do capitalismo estrangeiro.⁵

Fica claro pela análise da Comintern que a América Latina da década de 1920 era composta por uma série de países semicoloniais, dependentes economicamente das forças imperialistas britânicas ou norte-americanas. O texto não evidencia nenhuma especificidade regional, apresentando todos os países de forma generalizada, homogênea e abstrata, pois não aprofunda essa análise, apresentando casos concretos.

Também cabe ressaltar que essa análise acaba por englobar os países orientais, em especial a China e a Índia. Por conseguinte, tantos os países orientais como os latino-americanos são taxados como colônias ou semicolônias. Em resumo,

a análise conclui que: “Toda a política econômica do imperialismo relativamente às colônias é determinada pela sua vontade de preservar e aumentar a sua dependência, de intensificar a sua exploração e de impedir o seu desenvolvimento independente.”⁶

O dogma da revolução democrático-burguesa e a tese etapista

Vimos que a análise apresentada pela Comintern ressalta a atuação do imperialismo nos países latino-americanos e apresenta estes como semicolônias. Diante dessa caracterização econômica, a IC avança e apresenta as teses sobre o caráter da luta no continente, afirmando se tratar de uma luta fundamentalmente anti-imperialista e de libertação nacional. Nesse sentido, na primeira parte do texto, as teses indicam que esse movimento revolucionário nas semicolônias deveriam necessariamente contar com o apoio da União Soviética e do movimento operário dos países capitalistas. Afirma-se que:

O proletariado da URSS e o movimento operário nos países capitalistas liderado pela Internacional Comunista estão a apoiar cada vez mais ativamente a luta de libertação de todos os povos coloniais e dependentes; eles são o único baluarte seguro dos povos coloniais na sua luta pela libertação do jugo imperialista.⁷

De acordo com essas considerações, a revolução na América Latina não possui um caráter autônomo, mas depende também das forças internacionais, do movimento operário dos países mais desenvolvidos e do apoio da Comintern. As teses avançam afirmando que, com esse apoio seria possível “ultrapassar” uma fase de desenvolvimento capitalista e caminhar diretamente para uma revolução de caráter socialista. Vejamos:

(...) há uma possibilidade objetiva de um caminho não-capitalista de desenvolvimento das colônias atrasadas – e essa possibilidade traduz-se na transformação da revolução democrático-burguesa na revolução proletária e socialista com a ajuda da ditadura proletária vitoriosa.⁸

Essa passagem apresenta bastante semelhança com as teses da revolução permanente. Após 1905, as teses elaboradas por Trotski afirmam que a revolução na Rússia, um país atrasado, com resquícios feudais, só se concretizaria se fosse liderado pelas forças operárias, pois não era possível confiar ou esperar que a burguesia realizasse a revolução democrática. Assim, seria necessária uma revolução

que, com a direção da classe operária, realizasse as tarefas democráticas e avançasse diretamente para uma revolução de caráter socialista. A essa configuração, Trotski denominou *revolução permanente*.

Todavia, essas considerações que previam um “salto” sobre uma etapa de desenvolvimento capitalista não receberam um melhor tratamento, e nas considerações acerca da estratégia e da tática da revolução nos países coloniais e semicoloniais, a Comintern não retomou essa questão e lançou uma nova tese. Afirma-se que diante do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, da forte presença do domínio imperialista e da permanência de resquícios feudais e pré-capitalistas, o caráter da revolução nestes países é democrático-burguês. De acordo com a Comintern, “o movimento revolucionário está na fase da revolução democrático-burguesa, ou seja, na fase na qual os requisitos para a ditadura proletária e para a revolução socialista estão a ser preparados.”⁹

Fala-se claramente em uma etapa burguesa. Nessa fase da revolução, devido ao atraso desses países, sua tarefa deve ser, em primeiro lugar, de libertação nacional e anti-imperialista. “A revolução democrático-burguesa nas colônias distingue-se da revolução democrático-burguesa num país independente principalmente na medida em que ela está ligada á luta de libertação nacional”¹⁰. Segundo a IC, trata-se de uma “emancipação do país do jugo do imperialismo”¹¹ que se realizaria mediante a nacionalização das concessões estrangeiras, a partir da qual seria possível se pensar um desenvolvimento independente e autônomo para esses países, bem como no desenvolvimento das forças produtivas, mediante o investimento na criação de um parque industrial.

Nas semicolônias latino-americanas, o problema agrário é apresentado como um aspecto central. De acordo com a Comintern, é no campo e em torno da questão da terra que se desenvolvem as principais contradições dessas sociedades. Assim, a segunda tarefa fundamental é “levar a cabo a revolução agrária; libertar os camponeses de todas as formas de exploração e de opressão coloniais e pré-capitalistas.”¹² Entre as principais medidas dessa “revolução agrária”, destacam-se a nacionalização da terra e o estabelecimento de um plano econômico que viabilizasse as trocas comerciais entre o campo e a cidade.

A Comintern indica que entre a fase democrático-burguesa e a revolução propriamente socialista existe um determinado espaço de tempo que não é

determinado de antemão. Essa revolução democrática deveria favorecer o desenvolvimento industrial e, por conseguinte, das forças proletárias e suas organizações de luta, especialmente pelo fortalecimento do partido comunista:

A transição da revolução para a fase socialista exige a presença de certos requisitos mínimos, como por exemplo um certo nível de desenvolvimento industrial, de organização sindical e um partido comunista forte. O mais importante é o desenvolvimento de um partido comunista forte com influência de massas.¹³

Estas teses acabam por estabelecer uma concepção etapista da revolução ao considerar que os países latino-americanos são semicoloniais, com uma economia agrária e dominados pelo imperialismo. Assim, lançam a tese de que a revolução deve se desenvolver em duas etapas. A primeira deve ser de libertação nacional, de caráter burguês e democrático. Uma vez concluída essa etapa, é preciso esperar que se desenvolvam alguns pré-requisitos, para, só a partir de então, lutar por uma revolução de caráter operária e socialista. Dessa forma, não se trata apenas de desenvolver condições subjetivas, como a construção de um partido operário de massas, mas também de condições objetivas. Trata-se de esperar pelo desenvolvimento das forças produtivas, pelo avançar de uma forma verdadeiramente capitalista de produção, que, segundo as concepções da Comintern, ainda não estavam desenvolvidas na América Latina.

O problema em torno das alianças

Depois de caracterizar o movimento revolucionário nas colônias e semicolônias como democrático-burguês, as teses da Comintern abordam a questão das alianças. O primeiro ponto a ser observado é a questão em torno das burguesias nacionais e o papel que esta representa na luta pela libertação nacional. A análise se apresenta de forma genérica e não se aprofunda na investigação. Por conseguinte, apresenta-se uma divisão entre as burguesias. A chamada burguesia comercial é, de acordo com as teses, estreitamente vinculada ao imperialismo e não apresenta resistência, pois está vinculada às burguesias internacionais: “Em geral, ela mantém – de forma mais ou menos consistente – uma posição antinacional e pró-imperialista dirigida contra todo o movimento nacionalista, tal como fazem os aliados feudais do imperialismo e os oficiais nativos mais bem pagos.”¹⁴ Essa burguesia não apresenta um projeto

nacional, não luta pelo desenvolvimento de uma economia independente e autônoma. Uma vez vinculada ao imperialismo ela também lucra com a exploração comercial estrangeira.

Em relação à burguesia industrial, considera-se que esta tem interesse em desenvolver uma economia independente e um parque industrial nacional e que essa aspiração a coloca em contradição com a política imperialista:

As outras partes da burguesia nativa – especialmente as que representam os interesses da indústria nativa – apoiam o movimento nacional; esta tendência, que vacila e se inclina para os compromissos, pode ser apelidada de reformismo nacional.¹⁵

Mas ao mesmo tempo em que se indica que a burguesia industrial pode desempenhar um papel importante na luta pela libertação nacional também se evidencia os limites dessa classe, pois ela não estaria disposta a uma transformação profunda da sociedade, mas apenas em desenvolver uma política reformista. Assim, qualquer tentativa de estabelecimento de alianças é desconsiderada: “Um encorajamento incorreto à tendência nacional-reformista da burguesia destes países coloniais pode dar origem a erros graves na estratégia e na tática dos partidos comunistas destas regiões.”¹⁶ Essa fração da burguesia também não pode figurar entre os aliados de um movimento verdadeiramente revolucionário, pois esta burguesia não tem interesse em apoiar as reivindicações do proletariado e dos camponeses.

Por fim, as teses apresentam considerações sobre a pequena burguesia. Em primeiro lugar, considera-se que a pequena burguesia é bastante numerosa e que, por isso, pode desenvolver um papel muito importante na luta política. Também se afirma que ela não é homogênea. Pelo contrário, caracteriza-se pela heterogeneidade e, diante disso, seu papel político não é pré-determinado. A Comintern considera que ela pode desempenhar um papel importante no movimento de libertação nacional e que o desenvolvimento da luta anti-imperialista pode colocá-la ao lado da classe operária: “(...) o avanço da onda revolucionária pode conduzi-los ao movimento operário, ao qual eles aportam a sua ideologia pequeno-burguesa hesitante.”¹⁷ Diante desse caráter indeciso, considera-se que:

Só alguns deles conseguem romper com a sua própria classe e compreender as tarefas da luta de classes do proletariado, tornando-se assim defensores

ativos dos interesses proletários. Frequentemente, os intelectuais pequeno-burgueses dão à sua ideologia uma cor socialista ou até mesmo comunista.¹⁸

Dessa maneira, considera-se que em condições determinadas, a pequena-burguesia, por sua frágil condição econômica, também é vítima da exploração capitalista e, com o desenvolvimento da luta, pelo menos parte dela pode se aliar ao movimento operário e comunista. Todavia, a Comintern deixa bem claro que essa aliança não pode retirar a autonomia e a liberdade crítica do partido comunista e do movimento operário. Depois da experiência chinesa, a Internacional recusa qualquer forma de frente que possa levar o partido comunista a se dissolver em outro partido nacionalista burguês: “[...] é crucial tomar as maiores precauções contra a degeneração e a fusão do movimento comunista com o movimento revolucionário pequeno-burguês.”¹⁹

Por fim, as teses apresentam algumas breves considerações sobre o caráter do campesinato. De acordo com a análise da Comintern, essa classe representa, em alguns casos, cerca de 90% da população, constituindo a maioria absoluta da população nas colônias e semicolônias. Nessas condições, o campesinato é a classe que deve se colocar como o grande aliado do proletariado na luta pela revolução democrático-burguesa. Mas as duas classes não devem marchar lado a lado, a liderança ou direção do processo deve caber ao proletariado organizado: “O campesinato só pode atingir a sua emancipação sob a liderança do proletariado, enquanto que o proletariado só pode conduzir a revolução democrático-burguesa à vitória se estiver em união com o campesinato.”²⁰

Portanto, considera-se de forma geral que o caráter da revolução nos países latino-americanos é democrático e burguês, antifeudal e anti-imperialista e que no processo de luta pela libertação nacional a direção cabe ao proletariado que deve estabelecer alianças com o campesinato e com a pequena-burguesia.

As principais críticas à interpretação da América Latina nas teses do VI Congresso

Um dos principais pontos levantados pela historiografia pertinente diz respeito à generalização e a ausência de uma análise político-econômica mais detalhada, que apresentasse as diferenciações e particularidades dos países latino-americanos. Assim, o VI Congresso engloba a América Latina no rol dos países coloniais e

semicoloniais, estabelecendo uma visão unitária que não leva em consideração as especificidades regionais ou de cada país. De acordo com Vianna:

O desconhecimento da IC dos problemas da América Latina era completo, o que levava a cometer o sério erro de englobar os países da região na mesma categoria: seriam todos meros apêndices do imperialismo ianque, sem qualquer dinâmica própria que os diferenciasse em seu desenvolvimento interno, e isso tornava sua visão sobre a revolução latino-americana acentuadamente unidirecional.²¹

Outro importante ponto da crítica é que as teses foram pensadas a partir da lógica do imperialismo e do desenvolvimento dos países orientais, como China e Índia. A Comintern já desenvolvia uma interpretação da questão colonial, mas sempre tomava como parâmetro os países orientais. Assim, essas teses acabaram se ampliando para os países latino-americanos que são colocados no mesmo patamar que estes demais países ditos coloniais e semicoloniais.

Em relação às ditas colônias do imperialismo, a IC, mais uma vez, pensava no Oriente e, ao colocar a questão da América Latina na ordem do dia, toda a estratégia política para o continente estava baseada na análise que fazia de sociedades como a China ou a Índia (...).²²

A análise de países como Brasil e Argentina se desenvolve ao lado de países como Egito e Indonésia. De acordo com as teses, a subordinação ao imperialismo colocava estes países no mesmo nível de desenvolvimento e, por conseguinte, teriam as mesmas tarefas revolucionárias a serem cumpridas. Nesse sentido, Del Roio argumenta:

O VI Congresso promoveu um grande esforço de generalização que foi condicionado pelo desenvolvimento da revolução chinesa, acabando por menosprezar a particularidade da questão das alianças em outras formações sociais específicas; dito de outro modo, eludiu o problema de como fazer política em condições muito diferentes. É sintomático que as teses anunciassem “a estratégia e a tática comunista na China, Índia e países coloniais análogos.”²³

Portanto, além de desenvolver uma generalização sobre os países latino-americanos, percebemos que a generalização era ainda mais abrangente, pois abarcava também os países orientais. E, de maneira geral, as teses foram elaboradas a partir da experiência da derrota da revolução chinesa que antecedeu a realização do congresso. Dessa maneira, fica bastante evidente o quanto a análise acerca dos países latino-americanos era frágil e limitada a pressupostos gerais.

Mas as críticas a essa interpretação, que colocava a América Latina no terreno dos países semicoloniais, já apareceram durante o próprio congresso. A principal voz que se levantou contra essa caracterização foi a do delegado equatoriano, Ricardo Paredes. O militante latino-americano se posicionou contrário à caracterização de semicolonial para os países do continente:

É certo que não se pode colocar no mesmo plano o proletariado industrial e o proletariado agrícola, mas a concentração de um grande número de assalariados nos latifúndios constitui uma força muito grande. Por causa da subestimação da burguesia e do proletariado e da superestimação da massa camponesa, todos os problemas desses países são apresentados somente do ponto de vista da repartição das terras e da luta contra o imperialismo.²⁴

Em sua interpretação, as teses acabavam por subestimar o grau de desenvolvimento do capitalismo e da burguesia nacionais e supervalorizar a atuação imperialista, bem como o papel do setor agrário e do campesinato. Para Paredes, tanto a burguesia nacional e sua indústria quanto o proletariado são subestimados, principalmente em países como a Argentina, o Brasil, o Chile e o Uruguai, onde já estava em curso um processo de urbanização, com o crescimento de uma atividade industrial e com a formação de uma classe operária considerável. Além disso, Paredes afirma que o campo também já passava por um processo de industrialização e de proletarianização do campesinato.

De acordo com o delegado equatoriano, seria necessário uma investigação particular para compreender melhor a forma de dominação capitalista em cada país. Ele ainda considera que a atuação do imperialismo era superestimada e que os países latino-americanos haviam certamente sido penetrados economicamente pelas grandes potências, mas que possuíam uma considerável independência política e que, nesse processo, cada país apresentava suas características próprias, sendo complicado qualquer esquema generalizante. Assim, Paredes afirma que uma caracterização mais correta seria a de países de “capitalismo dependente”. As críticas do delegado equatoriano foram ouvidas, mas não foram incorporadas ao relatório final.

Por fim, outro ponto bastante conturbado da interpretação da América Latina é aquele que lança a bases de uma teoria etapista. Ao afirmar que o caráter da revolução é democrático-burguesa e de libertação nacional, mais uma vez se supervaloriza a dominação imperialista e o baixo desenvolvimento das relações capitalistas na região. Essas são as bases para o dogma etapista, que considera ser

necessário passar por um período de desenvolvimento capitalista, industrial e das forças proletárias para, só posteriormente, num futuro indeterminado, trazer à tona a questão em torno da luta pela revolução verdadeiramente socialista. Tal concepção desconsidera o próprio curso da Revolução Russa de 1917 e representa um completo abandono da teoria da “revolução permanente”.

¹ De acordo com as resoluções do congresso: “Agora, devemos tentar a tática de frente única, na maior parte dos casos, somente *de baixo para cima*. Nenhum apela às cúpulas dos partidos social-democratas. Só em casos raros talvez sejam admissíveis apelos a organizações singulares e locais de um partido social democrata” (VI Congresso da Internacional Comunista *apud* HÁJEK, Milos. A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha. In: HOBBSAWM, Eric. *História do marxismo*. Vol. 6. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 206).

² VI Congresso da Internacional Comunista. Teses acerca do movimento revolucionário no países coloniais e semi-coloniais. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/1928/09/teses_comintern.htm Acesso em: 15 de abril de 2016.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem.

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Ibidem.

²¹ VIANNA, Mary de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 53.

²² Ibidem, p. 51.

²³ DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na Revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990, p. 109-110.

²⁴ PAREDES *apud* DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na Revolução burguesa: a política de alianças do PCB, 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990, p. 111-112.